

A “QUESTÃO NABILEQUE”: ESTRATÉGIA, GEOPOLÍTICA E LEGITIMAÇÃO DAS FRONTEIRAS (1905 - 1940)

THE “NABILEQUE QUESTION”: STRATEGY, GEOPOLITICS AND LEGITIMIZATION OF BORDERS (1905 - 1940)

Ana Beatriz Ramos de Souza*
abyasouza@yahoo.com.br

Hevelly Ferreira Acruche**
hfacruche@ufjf.br

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo repensar a geopolítica da região platina a partir de investigações relacionadas com a formação da fronteira Brasil – Paraguai entre os anos de 1905 e 1940, tendo como premissa a chamada “Questão Nabileque”. Para isso, utilizaremos balizas do pensamento estratégico militar e a diplomacia a partir dos escritos de Mário Travassos e de outros analistas militares. Outro ponto de interesse é o processo da ocupação militar no território do atual estado do Mato Grosso do Sul como forma de efetivar a posse e a demarcação fronteiriça naquele espaço a partir da implantação de quartéis do Exército Brasileiro, com a finalidade de estimular um apelo identitário que era premente na região. O trabalho pretende constituir uma análise histórica do contexto político paraguaio, brasileiro e argentino a fim de refletir em torno dos desafios experimentados na região em “disputa”.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Nabileque; Fronteiras; Guerra da Tríplice Aliança.

ABSTRACT: The present work aims to rethink the geopolitics of the platinum region based on investigations related to the formation of the Brazil – Paraguay border between the years 1905 and 1940, having as its premise the so-called “Nabileque Question”. To do this, we will use guidelines from military strategic thinking and diplomacy based on the writings of Mário Travassos and other military analysts. Another point of interest is the process of military occupation in the territory of the current state of Mato Grosso do Sul as a way of effecting possession and border demarcation in that space through the implementation of Brazilian Army barracks, with the purpose of stimulating an identity appeal that was pressing in the region. The work intends to constitute a historical analysis of the Paraguayan, Brazilian and Argentine political context in order to reflect on the challenges experienced in the “disputed” region.

KEYWORDS: Nabileque question; Borders; Triple Alliance War.

A origem de qualquer Estado Nacional pressupõe a criação e delimitação de suas fronteiras para assegurar a soberania e a defesa do país. No Brasil, um dos marcos mais importantes da demarcação das fronteiras foi o Tratado de Madri (1750); entretanto antes dele o Tratado de Utrecht, assinado em 1713 com a França, estabeleceu os critérios básicos para a atuação do Barão do Rio Branco na defesa da questão do Amapá em 1900 e os acordos assinados posteriormente (BORBA, 2013, p. 63). A revogação do Tratado de Madri (1761) produziu a evolução das fronteiras terrestres a partir de quatro fases: fase de expansão,

* Doutora em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora da Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro

** Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora na Faculdade Unyleya e na Universidade Federal de Juiz de Fora.

caracterizada pelo deslocamento dos limites do Tratado de Tordesilhas, para as direções norte, oeste e sul; fase de regularização ou de legalização das ocupações territoriais para além dos limites do Tratado de Tordesilhas; fase de demarcação, quando foram realizados os trabalhos das Comissões de Limites; e a fase de vivificação ou de povoamento, com a construção de fortes, instalação de colônias militares e organização de unidades militares de fronteiras (MACHADO, 2000, p. 12-13; BORBA, 2013).

Quando pensamos nas questões relacionadas à fronteira, não podemos deixar de discorrer sobre este conceito. Sejam elas físicas ou imaginárias, as fronteiras sempre suscitaram a curiosidade dos pesquisadores de diferentes campos do conhecimento. As fronteiras coloniais americanas se constituíram em espaços permeados de singularidades, em comparação com aquelas constituídas nos Estados Nação europeus. Segundo Verônica Secreto (2019), “os impérios ibéricos carregam consigo certa ideia de fronteira dinâmica e histórica” (ACRUCHE, 2019, p. 15). Como espaço múltiplo, possuem um sem número de possibilidades de abordagens e interpretações.

O surgimento das nações na América ao longo do século XIX, fruto das independências, provocou a necessidade de delimitação das fronteiras. A princípio a ideia do limite territorial ligava-se preferencialmente aos aspectos geográficos como rios, cadeia de montanhas, vales. Ao final do século a noção de fronteira sofreu uma releitura realizada por Frederick Jackson Turner (1893), que buscou reinterpretar o conceito a fim de explicar a expansão estadunidense para o Oeste. Desta forma, a fronteira passou a ser vista como um território a ser explorado, ocupado, colonizado, transformado (TURNER, 2004). Diversos trabalhos surgiram a partir destas proposições, mas para fins deste texto nos interessa discutir o trabalho de Mário Travassos (1935) na medida em que ele relaciona a fronteira com a ideia de geopolítica que norteou o pensamento estratégico brasileiro pelo menos até a década de 1970, em especial nos escalões militares.

1. Argentina, Brasil e Paraguai e a “Questão Nabileque”

Rio de Janeiro, março de 1928. O então chefe do Estado-Maior do Exército, o general Augusto Tasso Fragoso, escreveu um relatório para o Ministro da Guerra no qual demonstrou sua preocupação com a região de fronteira do atual estado do Mato Grosso do Sul. A chamada “Questão Nabileque” era objeto do documento, e foi um evento que resultou em um dos desafios mais complexos de nossa diplomacia e geopolítica nas primeiras décadas do século

XX. Tema ainda pouco explorado pelos estudos tanto na historiografia quanto nas Ciências Militares, a “Questão” chama atenção por envolver uma das regiões fronteiriças mais complexas na região onde hoje se localiza o estado do Mato Grosso do Sul que, mais precisamente ao norte, faz fronteira com a Bolívia e está muito próximo da fronteira com o Paraguai.

Entendemos que a região da bacia do rio da Prata foi uma das regiões marcada pelas dificuldades no processo de formação dos Estados sul-americanos e de delimitação das fronteiras. Área importante desde o período da conquista e colonização, a região ainda era palco de disputas no século XIX e, talvez, o ápice desse processo tenha sido a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) que opôs o Império do Brasil, a Argentina e o Uruguai ao Paraguai. A guerra contribuiu para a formação de uma nova identidade e para um reordenamento de forças políticas no Império, com a ascensão dos militares e a implantação do regime republicano a partir de 1889.

Externamente, o impacto da guerra também foi sentido com a preponderância argentina na região e a instabilidade política no Paraguai, geradora de lutas internas e graves problemas econômicos, bem como a interferência do estrangeiro. Para este país, a década do pós-guerra foi marcada por conflitos entre dois grupos pouco definidos: os republicanos nacionais, popularmente chamados de *colorados* ou *vermelhos*; e os *liberais*, chamados *azuis*, que começaram suas “carreiras” como defensores ou difamadores do ex-presidente Francisco Solano López. O nacionalismo dos lopiztas não era mal visto pelos brasileiros, pois estes frustrariam expectativas argentinas de anexação de parte do território paraguaio. Por sua vez, os *colorados* tinham como seu principal líder o comandante de López, Bernardino Caballero, e estiveram claramente no domínio durante as três décadas anteriores à Revolução Liberal de 1904.

Dois momentos da história política daquele país foram importantes para o pensamento relativo à geopolítica e a preponderância brasileira na região. O primeiro momento ocorreu ao final do século XIX, quando três revoltas chamaram a atenção tanto do Brasil quanto da Argentina: em outubro de 1891 ocorreu uma revolta a fim de o grupo de liberais assumirem a presidência, ocupada por Juan Gualberto González; em 1894 quando o Brasil interferiu no processo político-eleitoral para impedir a eleição de José Secundo Decoud e confirmou a eleição do General Juan Bautista Luis Egusquiza e, por último, em dezembro de

1895, houve uma conspiração contra o mesmo presidente Egusquiza que, devido a publicidade prematura, não ocorreu (DORATIOTO, 2012).

A partir da tentativa de golpe ocorrida em 1891, Egusquiza passou a ser considerado um homem forte na condução de mudanças no governo paraguaio (DORATIOTO, 2012, p. 55). Isso se refletiu nas relações com outros países, visto que a proximidade de relações com a Argentina afetava os interesses brasileiros. Em maio de 1892, alguns ministros considerados “caballeristas” saíram do governo e, segundo o representante diplomático argentino R. Mendonza, os componentes do governo eram chamados "argentínistas" pois falavam abertamente sobre a anexação. Ainda naquele mês, começou a correr em Assunção a notícia de que se preparava a anexação do Paraguai à Argentina. Os jornais publicaram a convocação de uma manifestação pública de protesto contra essa anexação. Caballero e Egusquiza, por sua vez, assinaram um manifesto convidando o povo a protestar contra os maus paraguaios. Tal manifestação de protesto ocorreu em 31 de maio, com Caballero fazendo um pronunciamento e com o representante argentino em Assunção ouvindo um desmentido do presidente González quanto a qualquer fundamento nos boatos. Nesse clima estava claro que Caballero concorreria novamente à eleição presidencial tendo como adversário Decoud, e o governo brasileiro não sabia qual deles poderia ser mais adequado aos interesses do país (DORATIOTO, 2012, p. 155-162).

O segundo momento ocorreu a partir da contestação da demarcação fronteira entre o Brasil e o Paraguai, a chamada Missão Godoy. Juan Silvano Godoy, nascido em 1850, era um intelectual paraguaio que esteve à frente das revoltas contra o partido Colorado entre 1877 e 1895, período este em que esteve exilado em Buenos Aires. Desde 1880, Godoy estaria auxiliando Enrique Solano López, filho de Solano López e Madame Lynch, em seus esforços para reivindicar enormes áreas de terra no Paraguai na Argentina e no Brasil que dizia pertencer a sua mãe por compra ao final da guerra. Essas terras eram extensas regiões produtoras de erva-mate exploradas pela Matte Laranjeira, empresa brasileira concorrente direta com a *La Industrial Paraguaya*.

Enrique solicitou auxílio do presidente Egusquiza e, para tanto, prometeu que ao conseguir a propriedade das terras, entregaria os títulos ao governo, bem como o Palácio do Governo (Palácio López), a Universidade e o Colégio Nacional. Egusquiza, ciente do cenário político internacional, especificou que de modo algum iria se obrigar a reconhecer a validade

das afirmações do herdeiro de Solano López. Assim, munido de cartas de Egusquiza ao chefe da Legação Brasileira, Amaro Cavalcanti, e ao presidente Prudente de Moraes, Godoy partiu para o Rio de Janeiro em começos de 1896.

No mês seguinte, um dos sócios da Matte Laranjeira, Mendes Gonçalves,¹ procurou Brasília Itiberê da Cunha, representante diplomático do Brasil em Buenos Aires, devido às informações recebidas sobre as conferências entre Godoy e Prudente de Moraes, pois era atribuída ao paraguaio uma missão confidencial. Mas Godoy não estava no Rio de Janeiro em missão oficial, e sim em companhia de Enrique Solano López para buscar e obter a posse de 3.000 léguas de terras no Mato Grosso, que dizia fazer parte dos bens de seu pai e de sua mãe.²

Ainda pelo viés diplomático, em fevereiro de 1896 Godoy foi recebido pelo chanceler brasileiro Carlos de Carvalho, onde apresentou os documentos. Após três semanas de silêncio, Carvalho voltou a se reunir com o representante paraguaio, ratificando que o Comendador Cintra da Silva, cônsul paraguaio no Rio de Janeiro há duas décadas, afirmou ser toda esta empreitada de Enrique e Godoy algo desautorizado pelo governo. Godoy então retirou do bolso uma espécie de “contrato” assinado pelo presidente Egusquiza, que o nomeava “Enviado Particular para tratar em seu nome, diretamente com o senhor presidente dos Estados Unidos do Brasil”. Após essa comprovação, Carlos de Carvalho aceitou tratar com Godoy e reafirmou que os documentos eram “completos e perfeitos”, mas quando indagado

¹ Francisco Mendes Gonçalves, estabelecido em Buenos Aires, era encarregado do beneficiamento do produto e de sua distribuição entre os consumidores. Segundo relatos memorialistas, nasceu na ilha da Madeira, em 1847, e veio para o Rio de Janeiro com sua mãe e irmãos, na idade de 6 anos. Informa-se que já então vivia no Brasil, estabelecido como comerciante, o irmão mais velho de Francisco, que, por ocasião da guerra contra o Paraguai, “acompanhou o exército brasileiro na qualidade de fornecedor”. O comerciante teria levado consigo, como “ajudante”, o irmão Francisco, o qual “permaneceu a seu lado durante toda a campanha, aí se relacionando com chefes e oficiais brasileiros e argentinos” e também “com o sr. Tomás Laranjeira, que servia igualmente ao exército brasileiro. Desse modo, essa fonte mostra a origem do empreendimento ervateiro e a ligação entre Laranjeira e Gonçalves, estabelecida ainda durante a guerra. Dessa amizade surgiu a ideia de um empreendimento comercial para explorar o intercâmbio de produtos agrícolas e extrativos entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina. Por conveniência do próprio negócio, D. Francisco se radicou em Buenos Aires, onde contraiu matrimônio e constituiu seu lar, fundando em 1874 a sociedade comercial Francisco Mendes & Companhia, que se dedicou à venda e distribuição dos produtos recebidos do Brasil e do Paraguai. (PANEGÍRICO, 1941, p. 6-7).

² A primeira notícia sobre o tema foi encontrada no Jornal do Brasil de 21 de dezembro de 1891. Uma pequena nota informava que Enrique havia chegado no Rio de Janeiro no dia anterior a bordo do paquete Sul América. Outra notícia que chamou atenção ocorreu em 24 de fevereiro de 1892, onde Enrique pedia para reaver documentos de origem paraguaia que foram apreendidos pelos brasileiros durante a guerra pois pretendia escrever um livro sobre o conflito. O principal documento solicitado era um álbum de fotografias que fora ofertado por famílias paraguaias ao seu pai. Cf. JORNAL DO BRASIL, 21/12/1891; A REPÚBLICA, 22/02/1892.

a respeito de como proceder sobre a questão, Carvalho teria sugerido iniciar uma demanda judicial contra a Matte Laranjeira, arrendatário da propriedade, além de o Paraguai creditar um ministro residente no Rio de Janeiro, a fim de submeter à indagação de Enrique ao Supremo Tribunal (DORATIOTO, 2012, p. 68-69). No mês seguinte, o *Jornal do Brazil* informava sobre o fato utilizando o subtítulo “A questão Solano López”. Essa pequena nota dizia que Godoy estava, naquela ocasião, na qualidade de advogado e que nada conseguira obter por via diplomática. Além disso, ele informou que submeteria a questão aos tribunais brasileiros (*Jornal do Brazil*, 11/03/1896).

Enrique aceitou a proposta e contratou Rui Barbosa como seu advogado no Brasil. Segundo o mesmo, tratava-se de uma ação civil contra a Matte Laranjeira, da qual a Fazenda Brasileira não era parte. Ele procedeu com a demanda judicial não somente contra a Companhia, mas também contra o Estado do Mato Grosso. O herdeiro de Solano López reclamava o recebimento de uma indenização por prejuízos e a entrega de lucros obtidos, além da posse das terras. Em 1902 o Supremo Tribunal Federal julgou que o pedido era improcedente (PASTORE, 2013). Segundo a documentação encontrada, a atuação da Matte Laranjeiras já era alvo de observação das autoridades militares devido a quantidade de argentinos e paraguaios que ali estavam empregados, falando inclusive seu idioma original, mesmo tendo como alguns acionistas políticos brasileiros. A “ocupação” argentina desses territórios de fronteira ao sul do então estado do Mato Grosso era preocupante.

2. A ocupação da fronteira do Mato Grosso e a “Projeção Continental do Brasil”

Durante o exame da documentação referente à Vigilância da Faixa de Fronteira, depositada no Arquivo Histórico do Exército, podemos depreender que para os militares a chamada Missão Godoy não era a única causa de preocupação. Desde o início do século XX, o governo do Mato Grosso estava franqueando a entrada de diversas empresas estrangeiras para exploração dos recursos naturais do estado, também conhecidas como “sindicatos”. Nos relatórios dos responsáveis pelo Forte Coimbra para o Ministro da Guerra e para o Chefe do Estado-Maior do Exército a presença ainda mais efetiva e constante de estrangeiros naquele território eram mencionadas e causava preocupação pois poderia prejudicar o controle brasileiro da região e, em caso extremo, provocar um conflito que causaria grandes

transtornos visto o diminuto poder bélico que possuíam naquele momento.³ Uma passagem desse mesmo documento nos mostra a dimensão dessa preocupação com a presença constante de estrangeiros no território nacional, notadamente no Mato Grosso

Um dos mais terríveis perigos que nossa imprevidência está preparando para complicações futuras é a sessão de grandes superfícies de terras de nossas fronteiras em Matto Grosso a sindicatos estrangeiros organizados na Argentina e outros países.⁴

Uma das empresas/sindicatos era a *Fomento Argentino*. Além dela, outras apareciam no cenário: *Trust del Alto Paraguay*, que adquiriu na baixada do alto Paraguai a antiga fazenda do “Rodrigo”; a *Coxim Gold Dredging Company*; a *Diamantino Gold Dredging Company*; a *Cabaçal Gold Dredging and Exploration Company*; a *Matto Grosso Dredging Company*; todas do ramo de mineração de ouro e diamantes. Por fim, a *Land Castle and Packing Company*, considerado um

rico e poderoso sindicato norte-americano que depois da “Fomento Argentino”, é maior possuidor de terras em Matto Grosso. No município de Corumbá essa companhia possui 28 propriedades com uma superfície total de 763.340 hectares, no município de Campo Grande: 6 fazendas com área total de 45 léguas quadradas.⁵

Ao retomarmos o contexto político de fins do século XIX, que se faz presente e importante para compreendermos essas questões, percebe-se que no início de 1898 os partidos políticos paraguaios começaram a se movimentar com relação à sucessão presidencial. Emilio Aceval venceu o pleito e os boatos da anexação do Paraguai por parte da Argentina continuaram. Os liberais denunciavam essas pretensões, contudo isso também fez com que a representação diplomática brasileira ficasse “extremamente vigilante, pois os principais líderes opositores são abertamente infensos a nosso país e não poupariam meios de hostilizá-lo” (DORATIOTO, 2012, p. 74). No início de 1902 o presidente Aceval foi deposto.

Ao mesmo tempo, no Brasil, o grupo positivista discutia o perdão da dívida de guerra paraguaia. O chanceler Olyntho Magalhães comunicou a Itiberê da Cunha que só caberia ao Executivo - e não à Chancelaria - perdoar a dívida e, além disso, havia dois empecilhos para o

³ Arquivo Histórico do Exército. Ofício do Chefe do Estado-Maior da 3ª seção, General de Brigada Celestino Alves Bastos ao Ministro da Guerra, de 19 de maio de 1922. Vigilância de faixa de fronteira – questão Nabileque (1917-1936).

⁴ Idem, p.1.

⁵ Idem, p. 4-5.

perdão: primeiro: pelo lado geopolítico, a dívida era vista como uma garantia à independência paraguaia, que pelo valor intimidaria a Argentina no intento de anexar o Paraguai; segundo, seria impossível justificar o perdão perante a opinião pública brasileira visto que as finanças estavam em crise.

Nesse contexto ocorreu pela disputa do poder no Mato Grosso, uma série do que a historiografia local convencionou chamar de “revoluções”. No início do período republicano, o presidente Deodoro da Fonseca nomeou o general Antônio Maria Coelho, comandante da retomada de Corumbá na guerra do Paraguai, para o cargo de governador do estado. Passado seu breve período do governo (1889-1890), os interesses estaduais gravitaram em torno da teia política influenciada pelos interesses de Generoso Ponce e da família Murinho. As “revoluções” ocorreram nos anos de 1892, 1899 e 1906 e, ao contrário do significado da palavra em si, correspondiam ao acirramento das disputas políticas entre esses dois grupos, chegando ao conflito armado a fim de usurpar o cargo de governador e entregá-lo ao lado que se achava no direito de exercer o controle político. Pela leitura depreendida, acredita-se que indígenas foram armados e empregados nesses confrontos.

Em agosto de 1902 o jornal *A Reação*, do Mato Grosso, chegou a publicar em suas páginas um apelo ao ministro do Brasil no Paraguai para intervir a fim de controlar esses indígenas. O governador Coronel Alvez de Barros afirmava que os mesmos indígenas que passaram a ocupar a região do Nabileque iniciaram ataques às fazendas no lado paraguaio, bem como a propriedades em Corumbá (*A Razão*, 10/08/1902). Praticamente um ano depois, o jornal *O Brasil* publicou um anúncio sobre o início da medição e demarcação de sete lotes de terras que foram concedidas pela Lei nº 347, de 16 de abril de 1902, ao cidadão Mariano Rostey. Estes lotes estavam situados no município de Corumbá, à margem esquerda do Rio Paraguai, em terrenos devolutos, sendo seis deles entre o riacho Naritaca e o Rio Nabileque, o que mostra que houve uma preocupação em ocupar o território a fim de evitar avanços indígenas e possivelmente firmar a faixa de fronteira (*O Brasil*, 23/06/1903).

É a partir desse contexto de turbulência política no vizinho Paraguai em inícios do século XX que ocorreu a “Questão Nabileque”. E, para tal, entendemos que o trabalho de Mário Travassos é fundamental. Ao empregar conceitos da geopolítica tanto de Mackinder quanto de Ratzel, geógrafo alemão que sistematizou o ensino e pesquisa da geografia a partir dos anos 1870, o capitão do Exército brasileiro Mário Travassos escreveu “Projeção

Continental do Brasil” (1935) para estudar questões urgentes do Estado brasileiro e procurar superá-las por meio de um coerente projeto nacional. Decerto que ele não foi o primeiro autor a examinar esses conceitos, sua importância se deve ao fato de ter buscado adequar seus estudos sob termos considerados “científicos” ao reconhecer o fenômeno analisado como parte de leis impessoais e históricas. Publicado em 1935, o livro chama atenção por discutir conceitos de geopolítica e sua aplicabilidade, além de procurar ambientar os problemas de organização nacional e suas implicações com o jogo interamericano, desigual e preocupante para o Brasil. A obra tem por objetivo fundamentar a posição brasileira na América do Sul e sinalizar os rumos de uma política externa capaz de guiar o país a uma posição de hegemonia regional, superando a Argentina.

Para o contexto analisado, seu conceito de geopolítica caberia ao alertar para três problemas que o Estado brasileiro deveria atentar: a emergência de potências rivais como a Argentina e os Estados Unidos da América; a vulnerabilidade dos países limítrofes na América do Sul, em especial a Bolívia, cujo planalto era considerado geograficamente contínuo ao atual estado do Mato Grosso do Sul; a falta de organização nacional em relação aos desafios apontados. Além disso, a política interna brasileira era indissociável da política continental. Travassos examinou a questão a partir da ótica do “triângulo estratégico boliviano” que engloba a Bolívia, partes do Paraguai e do Mato Grosso como uma região merecedora de atenção devido à posição estratégica e de interesse internacional, fazendo jus a ideia de ocupação e demarcação efetiva das fronteiras na região. Para anular a influência argentina e também a penetração norte-americana em franco progresso na direção do coração sul-americano, tornava-se urgente desenvolver e integrar o Centro-Oeste (Mato Grosso), região que se projeta pelo “centro geográfico do continente (planalto boliviano), seja por meios artificiais (porto de Santos - rede paulista - Noroeste), seja por vias mais que espontâneas, como os rios da bacia amazônica”. (TRAVASSOS, 1935, p. 115).

3. De volta a “Questão”

Em 1 de abril de 1928, Tasso Fragoso enviou ao Ministério da Guerra um resumo histórico da questão, terminando o mesmo com uma espécie de pedido de providências àquele Ministério. Como resposta, o Ministro da Guerra, general de divisão José Fernandes Leite de Castro, afirmou que o assunto era de grande relevância e merecia uma solução radical na nova Constituição. A ideia é que esta nova Carta pudesse impedir “taxativamente a

transferência a estrangeiros, de propriedades territoriais situadas dentro de uma zona de fronteira de 30 quilômetros de largura ou mesmo a juízo do Governo da União”.⁶

A problemática teve início no ano de 1905 quando, em virtude da lei estadual nº 412, de 23 de março daquele ano, o governo do então Mato Grosso assinou um contrato com o italiano Celso Pazinni, lavrado na Repartição de Terras, pelo qual lhe dava arrendamento “as matas e cerrados dos terrenos devolutos, existentes na margem esquerda do rio Paraguai, desde o lago Uberaba até a Baía Negra”, bem como, “as matas e cerrados marginais da margem direita do rio Apa e os da Baía do rio Nabileque, no município de Corumbá”.⁷ O exame de outras cláusulas são importantes para entendermos esse contrato. O prazo do arrendamento era de trinta anos, mediante pagamento de 10 contos de réis anuais⁸ no primeiro semestre de cada ano. Além disso, dentro de dois anos o arrendatário deveria inaugurar um primeiro estabelecimento para exploração e desenvolvimento das indústrias extrativas. Caso não o fizesse, o arrendamento caducava. O arrendatário deveria respeitar os direitos da União quanto aos terrenos que viesse a precisar para a defesa de fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro. Após os 30 anos, o arrendatário teria preferência para compra de lotes de terra da zona arrendada. O contrato inicial compreendia cerca de 2 mil léguas quadradas, mas em menos de um ano o espaço foi estendido.⁹

As preocupações do governo federal aumentaram quando, por escritura pública, em 23 de outubro de 1908, Celso Pazinni, autorizado pelo governo do estado, cedeu e transferiu ao Dr. Antônio J. Maresca, em nome da sociedade anônima *Fomento Argentino Sud-Americano*, todos os direitos, ônus e ações resultantes do contrato, devendo o mesmo Maresca transferir à *Fomento* todos os direitos e obrigações do contrato.¹⁰ No mesmo dia foi pago ao Tesouro do Estado o imposto de transferência e, no dia seguinte, a mesma foi averbada na Repartição de Terras, Minas, Colonização e Obras Públicas, em Cuiabá.¹¹ Em 1910, a *Fomento* solicitou a ampliação do terreno adquirido e, em janeiro do ano seguinte,

⁶ Arquivo Histórico do Exército. Ofício ao Ministro da Guerra, em 3 de março de 1931. Vigilância da Faixa de Fronteira. Questão Nabileque (1917-1936). Vol. 1.

⁷ Arquivo Histórico do Exército. “Histórico da Questão Nabileque”. Vigilância da Faixa de Fronteira. Questão Nabileque (1917-1936). Vol. 1.

⁸ Aproximadamente R\$560 mil reais.

⁹ Arquivo Histórico do Exército. Resolução Legislativa nº 461, de 14/12/1906.

¹⁰ Arquivo Histórico do Exército. “Histórico da Questão Nabileque”. Vigilância da Faixa de Fronteira. Questão Nabileque (1917-1936). Vol. 1.

¹¹ Relatório da Repartição de Terras, Minas, Colonização e Obras Públicas do estado do Matto Grosso. Cuiabá, 24/10/1908.

efetuou o pagamento da primeira parcela de 400 contos de réis ao governo do Mato Grosso, e recebeu o título provisório onde ficava expressamente consignado que “a concessionária poderia completar a área concedida com terrenos devolutos adjacentes aos escolhidos dentro dos limites de um milhão de hectares”.¹² Em 15 junho de 1914, a segunda parcela de mesmo valor foi paga, totalizando integralmente o preço da venda.

Mesmo com o pagamento e a anuência do governo estadual, o título definitivo de propriedade não foi expedido. A Delegacia Fiscal impediu a emissão, levantando duas questões importantes: na área vendida estavam incluídos terrenos da Marinha e estes pertenceriam à União; que coincidem os limites da referida área com a região de fronteira do Brasil, e o Governo Federal não foi consultado durante todo o processo de venda, e que esta área é uma porção de território necessário à defesa de fronteiras, conforme ditava a Constituição.¹³ O Exército foi consultado e, em 10 de março de 1918, o Estado-Maior emitiu um parecer afirmando que toda a enorme área vendida era indispensável para a defesa do país, e solicitou assim a anulação da venda.¹⁴

Porém, a transação foi realizada a partir de um parecer emitido em junho de 1910 pelo então Ministro das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco. Este, auxiliado pelo Consultor Jurídico do Ministério, Clóvis Beviláqua, respondeu que se a União não tinha intenção de utilizar qualquer parte das terras, eram elas devolutas, pertencentes ao Estado, mas que deveria observar a existência de alguma fortificação na região. E no limite dela estava o Forte de Coimbra, importante historicamente na defesa do território frente à coroa espanhola, ainda em tempos coloniais, e durante a invasão paraguaia na Guerra da Tríplice Aliança.¹⁵

Em 1919, o Comandante da Circunscrição Militar, então Coronel Coutinho, encaminhou ao Chefe do Estado-Maior as informações prestadas pelo 2º tenente de Engenharia Mário Pinto Pereira da Cunha, acompanhadas do relatório do engenheiro Corrêa no qual tratava das condições deploráveis do Forte de Coimbra. Esse relatório motivou o ofício reservado de 1º de outubro de 1919, do Marechal Bento Ribeiro Dantas ao Ministro da Guerra,

¹² Arquivo Histórico do Exército. “Histórico da Questão Nabileque”. Vigilância da Faixa de Fronteira. Questão Nabileque (1917-1936). Vol. 1.

¹³ Idem, ibidem.

¹⁴ Idem, ibidem, p. 5.

¹⁵ Idem, ibidem, fl. 13.

em que se instava pela anulação da venda das áreas próximas ao Forte. No ano seguinte, o estado do Mato Grosso pediu ao Ministério da Guerra que determinasse a área que deveria ser reservada junto ao Forte. Porém, havia urgência de ultimar o negócio com a *Fomento Argentino*, a qual já havia pago toda a quantia pedida e não havia recebido seu título definitivo.¹⁶ Em resposta, o Ministério afirmou que a venda não poderia ser anulada, mas que se deveria responder ao presidente do Mato Grosso que reservasse uma área de 30 quilômetros de profundidade ao longo da fronteira.¹⁷

Por quase um ano não se falou novamente sobre a “Questão”, até que em 19 de maio de 1922 o Estado-Maior reabriu o tema em ofício reservado onde transmitiu ao Ministro cópia de vários documentos e um extrato de relatório dos militares da região que descreveram em minúcias as terras vendidas. Foram iniciadas novas tratativas para resolver o problema em definitivo. A surpresa foi a resposta do governo do estado, que informou ter reservado a área pedida; porém, até aquele momento, a União não havia declarado se desejava ou não tomar posse das terras. Com isso o acordo entre o estado e a empresa foi celebrado, inserindo algumas cláusulas que beneficiavam a *Fomento Argentino* de alguma forma¹⁸.

O relatório terminava citando a posição da Argentina naquele momento. Segundo Tasso Fragoso, o governo daquele país, cioso por sua integridade e para garantir melhor a sua situação em certos trechos de seus limites com o Brasil, adquiriu por compra um grande trecho de terreno na vizinhança da queda de Foz do Iguaçu, o que perdura até os dias atuais.¹⁹

Esta região do Mato Grosso preocupava o Governo Federal, que tentava forjar uma tradição a fim de “reintegrar” o território ao restante do país, evitando a propalada independência/separação. Por isso, a rememoração dos episódios relativos a Guerra da Tríplice Aliança fez com que os olhos do país se voltassem ao Mato Grosso, trouxe a importância nacional àquela região, bem como lembrou a existência de um “inimigo comum”, o Paraguai, o que justificava a necessidade de vigilância. Não foi à toa que nenhuma outra iniciativa deste porte havia ocorrido até o ano de 1917, ano em que a narrativa mais

¹⁶ Idem, ibidem, p. 6.

¹⁷ Idem, ibidem.

¹⁸ Uma das cláusulas previa que, se o Governo Federal resolvesse mandar demarcar as terras que lhe ficaram reservadas dentro do prazo de cinco anos, o estado cederia à Companhia área equivalente em outra parte, ou ainda, o faria a título de indenização.

¹⁹ Idem, ibidem, p. 9.

enfática do Governo sobre a questão aconteceu, notadamente protagonizada pelo Ministério da Guerra e Estado-Maior do Exército.

Em agosto daquele ano um projeto foi apresentado à Câmara para a construção de um monumento que pudesse comemorar os feitos descritos na obra de Taunay, “A Retirada da Laguna”²⁰. A iniciativa partiu do capitão - tenente da marinha, Eurico César da Silva, e foi intensificada mais tarde pelos alunos da Escola Militar de Realengo (RJ) que, além de endossarem a campanha pró-monumento, nomeou a turma como “Heróis de Laguna e Dourados”. A campanha visava arrecadar fundos para erigir o monumento, além de sensibilizar o governo sobre a “necessidade” dessa construção. Iniciava a disputa pela memória da Retirada entre a capital federal – o Rio de Janeiro – e o local dos acontecimentos, ainda estado do Mato Grosso.

4. A retirada de Laguna: memórias da Tríplice Aliança e a “Questão Nabileque”

Mas onde começa essa história? Em 29 de maio de 1920 foi realizada no Club Militar a Conferência intitulada “A Epopeia da Laguna” de autoria do coronel Lobo Vianna, em comemoração ao 53º aniversário de morte do Coronel Camisão e do tenente-coronel Juvêncio. O autor, então Coronel de Artilharia, entrou para o Exército Brasileiro em janeiro de 1877. Entre 1901 e 1920, Vianna exerceu o cargo de professor de História na Escola Militar da Praia Vermelha (até 1904) e depois na Escola Militar do Realengo, quando a primeira foi desativada. Na maioria de suas publicações buscou resgatar a memória dos integrantes da Retirada da Laguna (ANTUNES, 2006). Foi com esse intuito que realizou a conferência “A Epopeia da Laguna: comemoração que se impõe; dívida sagrada a resgatar”, iniciativa única

²⁰ Alfredo-Maria-Adriano d’Escragnolle Taunay (1843-1899), Visconde de Taunay em 1889, foi, segundo Wilma Peres Costa “um dos mais completos intelectuais brasileiros do século XIX e talvez aquele que tenha se identificado de forma mais completa com o projeto e o ideário do Segundo Reinado, no Brasil.” Oriundo de uma família de letrados, artistas e militares em fuga após a queda de Napoleão e exilados em Portugal que acompanharam D. João VI ao Brasil, os Taunay sempre estiveram ligados aos Imperadores e participaram na política. Com Alfredo não seria diferente. Bacharelou-se em ciências e literatura no Colégio Pedro II em 1858 aos 15 anos de idade e, no ano seguinte, matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha no curso de Ciências Físicas e Matemáticas. Em 1864 Taunay havia alcançado a patente de segundo tenente de artilharia, faltando dois anos para a conclusão de seus estudos. Quando a guerra teve início ele foi incorporado ao Exército. Segundo as suas memórias, para sua família, a carreira das armas era a única “para o homem superior”. Com 23 anos incorporou a coluna expedicionária enviada ao Mato Grosso como ajudante da Comissão de Engenheiros. Em 1867, com o término da Retirada, Taunay foi escalado para informar as autoridades o ocorrido na Campanha. Com a insistência de seu pai, Taunay escreveu os eventos que ainda estavam na sua memória, e publicou na França *La retraite de Laguna* (1868). Esse trabalho contava pouco mais de cinquenta páginas, e foi todo escrito em francês, contendo apenas os cinco primeiros capítulos da obra que conhecemos atualmente e uma dedicatória ao imperador. (BAREL & COSTA, 2018, p. 115; TAUNAY, 1997).

visto que não foi encontrada nenhuma menção nos anos anteriores de qualquer evento que relembresse a data.

O evento do Club Militar estaria aberto aos sócios e familiares e a qualquer pessoa que “se apresentarem decentemente trajadas, apelando para nossa mocidade militar, *maximé* das escolas, para que com sua comparência, honrem e dignifiquem uma tão justa quanto patriótica comemoração” (O Jornal, 21/05/1920). Nos dias seguintes o jornal continuou a propagandear o evento, e em 28 de maio, portanto véspera da palestra, noticiou que a conferência será “ilustrada por meio de projeções luminosas fixas, mapas, diagramas e desenhos desenvolvidos estes ao hábil lápis do caricaturista Alfredo Storni. [...] Comparecerá à festividade um dos últimos sobreviventes da “Retirada da Laguna”, o marechal reformado João José da Luz, então alferes do 17º [batalhão] de voluntários” (O Jornal, 28/05/1920).

No dia da Conferência, uma coluna na primeira página foi destinada ao resumo do que foi a Retirada da Laguna, e também a foto do marechal reformado João José da Luz, tendo logo abaixo a foto do Coronel Camisão (O Jornal, 29/05/1920). Mas a notícia de maior relevância ocorreu em 30 de maio, dia seguinte a referida Conferência. Nela, chamava a atenção para o abandono do local onde os “heróis” da Retirada estavam enterrados

“É pena, porém, que a este herói (se referindo ao marechal) da legendária retirada, os moços tenham que dizer que, lá na Colônia Miranda, onde repousam os restos de Camisão, ainda não existe uma lápide, por simples que seja como testemunho do nosso reconhecimento.” (O Jornal, 30/05/1920).

Até aquele momento, a invasão da Colônia Militar de Dourados estava esquecida. Também havia o desconhecimento sobre o local de sepultamento do tenente Antônio João: “E é pena, também, que tenhamos de dizer ao velho soldado que, em Dourados, permanecem esquecidos os restos de Antônio João, o tipo completo da encarnação da bravura e do patriotismo”. Na continuação do texto, o jornal tentou explicar os motivos para o esquecimento da memória referente à Retirada

os nossos feitos militares restam ignorados porque professores pacifistas que sentem horror à guerra, os não lembram com medo de despertar nas crianças os sentimentos guerreiros. Nas escolas são ensinados todos os detalhes das guerras pérsicas, prússicas, romanas, num lamentável espírito de detalhe, que nem as dores de cabeça de Alexandre são esquecidas. [...] Conhecemos “à bessa” tudo quanto diz respeito às cruzadas, mas ficaremos desanimados se perguntarmos a um candidato a reservista, com todos os preparatórios, alguma coisa sobre a Guerra do Paraguai. Relembrando,

prestando culto aos nossos heróis, nós absolutamente não ofendemos aos nossos vizinhos e amigos. Lemos numa História do Paraguai adotada nas escolas públicas que a guerra conosco foi uma guerra racional e não uma teimosia de Lopez. O Club que abra uma era nova, no culto dos bravos, não deve ficar em conferências. Em seu salão de honra estão os nomes dos mortos no Contestado: agora é completar levantando lápides que assinalem os túmulos de Camisão e de Antônio João. Já tivemos ocasião de apresentar essa ideia. Não tivemos eco. Voltamos a ela. Duas lápides não devem custar muito ao Club: talvez menos que alguns chás dançantes [grifo nosso]. (O Jornal, 30/05/1920)

Foi a partir dessa Conferência que os alunos da Escola Militar de Realengo resolveram encampar uma campanha “patriótica” para a construção de um grandioso monumento na capital federal que lembrasse os feitos e integrantes da Retirada. Ainda em 1920, os jornais passaram a noticiar a iniciativa para a construção de um monumento no Rio de Janeiro que exaltasse o evento.²¹ O objetivo era ter o monumento pronto para as comemorações do Centenário da Independência, que ocorreria dois anos depois. Em 16 de outubro a prestigiada revista de variedades *Careta*²² publicou em sua primeira matéria como fatos sensacionais da semana (logo após a notícia da visita do rei da Bélgica) o texto intitulado “O gesto consagrador”, onde destacou a iniciativa de construção do monumento, merecendo a reprodução de algumas de suas palavras que nos fazem pensar sobre as críticas ao modelo da República Oligárquica, aos elogios aos jovens militares (futuros tenentes) e às questões relacionadas a valorização da chamada “raça brasileira”, tônica dos movimentos contestatórios da década de 1920, como o Modernismo, e uma das bases culturais do período varguista a partir de 1930:

A politicagem rasteira, porém, nas horas de paz se fez senhora e dona do país e à própria capital da República, não sabendo de nome mais significativo a lhe dar, a imprensa dedicou a aviltante alcunha de “Paraíso dos ladrões”. Os nossos heróis, muitos dos quais permanecem no próprio local em que tombaram, foram esquecidos, parecendo que os deuses orgulhosos de tais homens maiores do que as eles ainda não achavam a República digna de

²¹ O jornal *A Razão* de 9 de outubro de 1920 falava da formação de uma Comissão para a execução do Monumento “Heroes de Laguna e Dourados”, incentivado pela juventude militar. A notícia intitulada “Uma estátua a D. Pedro II. Outra aos heroes da Laguna. O apoio unânime da Câmara”, nos leva a crer que o esforço monumental do período estava intimamente ligado à ideia de “nostalgia imperial”, utilizado como base para as comemorações relativas ao centenário da Independência.

²² A revista *Careta* foi um periódico carioca da editora Kósmos que circulou de 6 de junho de 1908 a 5 de novembro de 1960, e teve destaque entre as demais publicações do gênero. Em 1919, com pouco mais de dez anos de existência, juntamente com a revista *Fon-Fon*, caracterizou-se como uma das publicações de variedades com uma considerável projeção social. A revista contou com a colaboração de cartunistas de renome como J. Carlos. Possuía uma espécie de coluna fixa semanal, a seção “Páginas da Cidade”, onde propunha retratar todos os fatos passados nos últimos sete dias na cidade do Rio de Janeiro. Para saber mais cf. dentre outros (VELLOSO apud NEVES, 2006, p.313-364; VOLKS, 2010).

possuir sagrados restos. Mas a mocidade – bendita mocidade da Escola Militar [...] redimiu um povo inteiro, porque fez com que a República se tornasse digna de possuir na praça pública o monumento da mais alguns heróis (sic) da raça brasileira. (Careta, 16/10/1920)

A partir daquele momento os jornais publicavam em suas páginas notícias sobre campanhas, inclusive dos esportistas para arrecadar fundos.²³ Apesar dos esforços, o monumento não saiu do papel.

Em maio de 1926, o jornal O Paiz destacou em matéria de capa uma publicação do então General Malan d'Angrogne, chefe da Missão Militar Francesa²⁴, intitulada “*Heroes esquecidos*”. Nela, contou sua peregrinação pelos locais mais importantes da Guerra da Tríplice Aliança no sul do estado do Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul (O Paiz, 29/05/1926). Numa série de matérias, ele narrou o percurso, o estado em que os locais se encontravam e o resultado das “melhorias” feitas ou determinadas pelo General. Possivelmente pela crise da República Oligárquica e as comemorações do Centenário da Independência, a década de 1920 despertou uma “nostalgia Imperial” (SALLES, 1996) e isso deu outro sentido a guerra da Tríplice Aliança.²⁵

Logo, as atividades da Missão Militar Francesa foram importantes para a retomada dos estudos sobre a guerra e seus locais de memória, talvez como um efeito do pensamento francês desenvolvido e aplicado no Brasil, calcado na retomada dos heróis e do nacionalismo, mas também devido à diminuição da influência do positivismo no Exército e a necessidade de vigilância da fronteira.

A expedição do General Malan foi de encontro com essa perspectiva ao publicitar os locais de enterro dos “heróis da retirada”, bem como da necessidade de erigir monumentos, ou ao menos um túmulo decente, para aqueles que passaram a ser considerados heróis. Cabe ressaltar que na própria obra de Taunay, a Retirada não era vista como ato heroico, mas talvez um erro pelo qual muitos pagaram com a vida, e os agora tido como heróis, notadamente o

²³ Cf. O Paiz noticiava uma série de partidas de *football* para arrecadar fundos à construção do Monumento. Nessa, em especial, fala da solicitação feita à diretoria do C.R. do Flamengo que aceitou a proposta e fez uma série de jogos beneficentes à proposta. O Paiz, 29/10/1920.

²⁴ Sobre a Missão Militar Francesa, cf. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MISS%C3%83O%20MILITAR%20FRANCESA.pdf>.

²⁵ A ideia de *Nostalgia Imperial*, se refere a um certo sentimento nostálgico relacionado com o período específico do Segundo Reinado (1840-1889) de prosperidade e grandeza em comparação a República. Porém, tal sentimento não levou em conta as mazelas como a escravidão.

general Camisão, eram marcados pela ótica do erro de estratégia e até acovardamento. A descoberta e divulgação do cemitério fizeram toda a história ser recontada.

O certo é que na década de 1920 a guerra da Tríplice Aliança fora retomada e a “Retirada da Laguna” de Taunay, objeto de inúmeras palestras e estudos. Um detalhe interessante é perceber a apropriação da invasão à Colônia Militar de Dourados ainda no início do conflito (dezembro de 1864) como integrante de toda a epopeia da Retirada da Laguna, mesmo não tendo sido na realidade. Essa construção de memória se relaciona com a formação de um conjunto para reforçar a chamada identidade mato-grossense, a partir da ótica de “invenção de tradições”, bem descritas por Hobsbawm e Ranger (2012). O fato tomou grande monta a partir de 1920, com as comemorações do bicentenário de Cuiabá, a criação do Instituto Histórico do Mato Grosso e de sua Revista, que tinha como principal objeto a guerra e a participação do Mato Grosso como “baluarte da nação” e defensor das fronteiras nacionais (ZORATO, 1998).²⁶

Além disso, a expansão estrutural do Exército no Mato Grosso com a construção de quartéis, idealizado pelo Ministro Pandiá Calógeras e pelo engenheiro-inspetor responsável Armando Arruda Pereira, tinha também como objetivo garantir que nos quartéis construídos na região fossem registrados através de monumentos ou placas, elementos comemorativos aos heróis da Guerra da Tríplice Aliança. Ainda nesse período, a fabricação do mito dos Heróis de Laguna e Dourados tomou força com a alçada do General Camisão, Guia Lopes, Coronel Juvêncio e Antônio João, aos mais altos postos do imaginário em um evento que passou a ser considerado épico.

Outro ponto a ser destacado foi a criação da “Comissão das Linhas Construtoras Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas” (CLTEMTA), popularmente conhecida como “Comissão Rondon”. A Comissão Construtora da Linha Telegráfica que ligaria Goiás a Mato Grosso foi criada em 1891, liderada pelo Major Antônio Ernesto Gomes Carneiro, e finalizada em 1898. Posteriormente, foi criada uma nova comissão, agora chamada “Comissão

²⁶ Palco de disputas políticas, Mato Grosso tentava criar nesse momento, uma identidade que o afastasse da pecha de “lugar de barbárie e sertão”. A ideia de criação de um Instituto Histórico objetivava aglutinar os interesses das classes dominantes que, mesmo divididas, poderiam unir o discurso em prol do estado, e dessa forma manter o *status quo* de classe dominante. Segundo Zorato, “o fato de desde o início construir uma memória de consenso, onde todos são apresentados como pertencentes à uma “mesma família”, “filhos de um mesmo solo”, etc, tem a ver com a necessidade de forjar, de estabelecer e disseminar um sentimento de grupo” (ZORATO, 1998, p. 15).

do Mato Grosso” (1900-1906), com destaque para os trabalhos realizados por Cândido Mariano da Silva Rondon, que objetivava a construção da linha telegráfica entre Corumbá e Cuiabá a fim de melhorar a comunicação com essas regiões, efetivar a ocupação e formalizar as fronteiras ainda disputadas. Essas Comissões visavam, como afirma Rafael Winter Ribeiro, “a institucionalização de um projeto de nação em que as representações de território tinham destaque” (RIBEIRO, 2005, p. 8). Mas, talvez a Comissão mais importante foi a formada a partir de 1907 com o intuito de integrar o Mato Grosso ao Amazonas e ao Rio de Janeiro, ainda sob a direção de Rondon. O que a diferenciava das anteriores, segundo Laura Maciel (1998), foi que ela estava ligada a razões estratégicas de povoamento e defesa do território, e não apenas a instalação das linhas telegráficas.

Outro momento importante ocorreu durante o governo do presidente Washington Luiz (1926-1930) que criou em o “Serviço de Inspeção de Fronteiras”, para o qual Rondon fora nomeado Inspetor. Tinha por finalidade examinar as condições de segurança e povoamento e inspecionar as linhas fronteiriças do Brasil nas regiões centro-oeste e norte, notadamente os limites com a Colômbia, Peru, Bolívia, Venezuela, Guiana Francesa, Guiana Holandesa, Guiana Inglesa, Paraguai, Uruguai e Argentina. A Revolução de 1930, contudo, dissolveu a Comissão Rondon e a Inspeção de Fronteiras. Rondon, que se opôs ao evento, acabou preso em Porto Alegre, porém foi libertado e autorizado a retomar os relatórios da Inspeção de Fronteiras (DIACON, 2006, p. 209). A turbulência política do período arrefeceu, de certa forma, os olhares perante aos acontecimentos no Mato Grosso.

5. O desfecho da “Questão Nabileque”

Ao retomarmos os relatórios do Estado-Maior do Exército, percebemos a volta das preocupações com o Mato Grosso a partir do ano de 1936, quando o Inspetor da Defesa da Costa, o então general José Pessoa de Cavalcanti Albuquerque²⁷ encaminhou um documento

²⁷ José Pessoa de Cavalcanti Albuquerque nasceu em 12 de dezembro de 1885, no Município de Cabaceiras, estado da Paraíba. Era sobrinho de Epitácio Pessoa, Presidente da República de 1919 a 1922, e irmão de João Pessoa, governador da Paraíba cujo assassinato deu início à Revolução de 1930. Assentou praça em 1903 no 2º Batalhão de Infantaria em Recife, e seguiu para a Escola Preparatória e de Tática em Realengo (Rio de Janeiro). Transferiu-se em 1909 para a Escola de Guerra em Porto Alegre, de onde saiu aspirante-a-oficial. Esteve à disposição do Ministério da Justiça, comandando a Brigada Policial do Distrito Federal do Brasil, atual Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, por duas ocasiões: entre 1910 e 1914, e 1919 e 1924, período em que deu início a reformas que redundaram na criação da Escola Profissional, hoje Academia de Polícia Militar Dom João VI. Foi ajudante de ordens e assistente do comando da divisão de operações enviada a Mato Grosso para pacificar o estado em 1917.

ao Ministro da Guerra, em cooperação com a Marinha, sobre a defesa do rio Paraguai. José Pessoa afirmou que naquele momento a defesa do rio era mais complexa do que fora na época da Guerra da Tríplice Aliança devido “a grande evolução do armamento e dos recursos que dispõe nossos vizinhos”.²⁸ E completou dizendo que

Mato Grosso será, sem dúvida, um provável teatro de operações e as conseqüências da luta, acaso ali travada, terão hoje, repercussão impressionadora sobre todo o país, diante dos meios modernos de transmissão. [...] Tudo, portanto, nos está indicando que devemos acorrer com urgência, levando as aparelhagens destinadas às fortificações marginais da defesa do rio Paraguai e elementos da aviação, a fim de nos antepor à invasão daquela região, que é fronteira com diversas nações e, por isso, ameaçada de um golpe fulminante de surpresas. Ora, deixar para improvisar a sua defesa nas vésperas de um conflito, é incidir nos mesmos erros que cometemos na Guerra do Paraguai.[...] Parece que podemos afirmar estarmos todos convencidos de que tanto a Bolívia como o Paraguai não nos farão a guerra isolados, mas sim chefiados pela Argentina, que, certo, só oportunamente se descobrirá.²⁹

A partir da leitura desse trecho do documento, percebemos que, utilizando da teoria desenvolvida por Mário Travassos, a Argentina poderia trazer algum perigo ao país e, portanto, sua vigilância era imprescindível. No restante do documento, José Pessoa discorreu sobre como a defesa da região deveria ser feita e apontou a necessidade de uma reforma das linhas telegráficas e da Estrada de Ferro Noroeste, estratégica por ser a única comunicação para o interior do Mato Grosso. Além disso, alguma medida que encerrasse o contrato com a *Fomento Argentino* deveria ser tomada. Essa posição de José Pessoa acerca do contrato com a empresa ganharia mais proporção quando o mesmo foi entrevistado pelo jornal “Correio da Manhã” e, dentre outras afirmações, solicitou o reexame do contrato e sua posterior anulação, justificando que a mesma jamais cumpriu as cláusulas contratuais (Correio da Manhã, 02/06/1937).

Outro detalhe chama a atenção é a descrição da política de Getúlio Vargas para a população. O militar afirmou que esses melhoramentos deveriam vir acompanhados de medidas capazes de restaurar a situação militar, mas igualmente organizar a vida da população local com serviço de pesca, “levando a escola e a higiene aos filhos da região”, “se lhes for prestada a assistência de que carecem, estou certo de que o brasileiro da baixada do

²⁸ Arquivo Histórico do Exército. Ofício reservado, de 6 de julho de 1936. Vigilância da Faixa de Fronteira. Questão Nabileque (1917-1936). Vol. 1.

²⁹ Idem, ibidem.

Paraguai, será, em breve, não mais um maleitoso ou um verminado, porém um operário rural robusto e um elemento importante da defesa local”. Ou seja, colocando em prática a proposta varguista de cuidado com a saúde da população, neste caso específico, não teria somente um operário, mas um soldado em defesa do território.

Ao perceber a necessidade de atuar na área e indo de encontro com sua política externa, o governo Vargas enviou a pauta para estudo do Ministro das Relações Exteriores, o diplomata Graça Aranha, que conseguiu deliberar com o governo argentino a partir de uma execução feita pelo estado cobrando dívidas da empresa e, mediante ao pagamento de uma pequena indenização, retomou as terras em litígio. Para evitar novas questões relacionadas com a ocupação por estrangeiros da área de fronteira, o governo do estado do Mato Grosso colocou as terras em leilão para arremate somente por nacionais, e desta forma o território foi fracionado. Em 1947, o Juízo de Direito da Fazenda Pública do Mato Grosso, através do Cartório dos Feitos da Fazenda Pública, procedeu a divisão e demarcação das terras que foram compradas após a saída da *Fomento Argentino*, terminando, desta forma, com a contenda que já durava cerca de 40 anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Marcos Pereira. *Uma batalha simbólica: Memória da retirada da Laguna no contexto de profissionalização do Exército Brasileiro (1906-1930)*. Dissertação de mestrado. Mato Grosso do Sul: UFGD, 2006.
- A RAZÃO, 10 de agosto de 1902. Biblioteca Nacional.
- A RAZÃO, 9 de outubro de 1920. Biblioteca Nacional.
- A REPÚBLICA, 24 de fevereiro de 1892. Biblioteca Nacional.
- BORBA, V. “Fronteiras e Faixa de Fronteira: expansionismo, limites e defesa.” *Historiae*. Rio Grande, v. 4, n. 2, 2013.
- BRASIL. Vigilância de faixa de fronteira – questão Nabileque (1917-1936). Arquivo Histórico do Exército.
- BRASIL. Resolução Legislativa nº 461, de 14 de dezembro de 1906. Arquivo Histórico do Exército.
- CARETA. Nº 643, 16 de outubro de 1920. Biblioteca Nacional.
- CORREIO DA MANHÃ, 2 de junho de 1937. Biblioteca Nacional.
- COSTA, Wilma Peres. “Taunay, Taunays: território, imaginários e escrita da nação”. In: Ana Beatriz Demarchi Barel e Wilma Peres Costa (orgs.). *Cultura e poder entre o Império e a República*. Estudos sobre os imaginários brasileiros (1822-1930). São Paulo: Alameda Editorial, 2018.

- DIACON, Todd A. *Rondon. O marechal da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- DORATIOTO, Francisco M. *Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)*. Brasília, 2012.
- HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- JORNAL DO BRASIL. 21 de dezembro de 1891. Biblioteca Nacional.
- JORNAL DO BRASIL, 11 de março de 1896. Biblioteca Nacional.
- MACHADO, L.O. “Limites e Fronteiras: da Alta Diplomacia aos Circuitos da Ilegalidade”. *Território*, ano V, nº 8 (jan./jun.2000), LAGET/UFRJ, Rio de Janeiro.
- MACIEL, Laura Antunes. *A Nação por um Fio*. Caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon. São Paulo: Educ/FAPESP, 1998.
- MATTO GROSSO. Relatório da Repartição de Terras, Minas, Colonização e Obras Públicas do estado do Matto Grosso. Cuiabá, 24 de outubro de 1908.
- PANEGÍRICO de D. Francisco Mendes Gonçalves e sua grande obra, a Mate Laranjeira. Rio de Janeiro: Tip. Mercantil, 1941.
- PASTORE, Carlos. *La Lucha por la tierra em Paraguay*. Asunción: Intercontinental Editora S.A., 2013.
- O BRAZIL, 23 de junho de 1903. Biblioteca Nacional.
- O JORNAL. 21 de maio de 1920. Biblioteca Nacional.
- O JORNAL. 28 de maio de 1920. Biblioteca Nacional.
- O JORNAL. 29 de maio de 1920. Biblioteca Nacional.
- O JORNAL, 30 de maio de 1920. Biblioteca Nacional.
- O PAIZ, 29 de outubro de 1920. Biblioteca Nacional.
- O PAÍZ. 29 de maio de 1926. Biblioteca Nacional.
- RIBEIRO, Rafael Winter. *A invenção da diversidade: construção do Estado e diversificação territorial no Brasil (1889-1930)*. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado, 2005.
- SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1996.
- SECRETO, Maria Verônica. Prefácio. In: ACRUCHE, Hevelly F. *As fronteiras e as gentes*. Diplomacia, lealdades e soberanias no extremo sul da América Ibérica (1750-1830). Curitiba: Appris, 2019.
- TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle. *A Retirada da Laguna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- TURNER, Frederick Jackson. O significado da fronteira na História Americana. In: KNAUSS, Paulo (org.). *Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América*, de Frederick Jackson Turner. Niterói: EdUFF, 2004.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2 ed., 1935.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos, et al. *História e Imprensa representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006.

VOKS, Douglas Josiel. Revista Careta e a sua visão sobre a sociedade brasileira: charges e estereótipos. *Anais do II Simpósio Nacional de Educação*. Outubro de 2010. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/eventos/iisimposioeducacao/anais/>. Acesso em: 10 set. 2023.

ZORATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. Tese de Doutorado. FFLCHJ/USP, São Paulo, 1998.